



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

### **MANIFESTAÇÃO AO RECURSO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2021**

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2021 – EDITAL Nº 115/2021**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO, EMISSÃO, FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO/ELETRÔNICO E RESPECTIVAS SENHAS, COM A OBRIGATORIEDADE DE CREDITAR NOS RESPECTIVOS CARTÕES OS VALORES CORRESPONDENTES AO VALE-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.022/2002 E SUAS ALTERAÇÕES, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO RAMO PERTINENTE (SUPERMERCADOS, ARMAZÉM, AÇOUGUE, PEIXARIAS, HORTIMERCADO, PRODUTOS DE HORTIFRUTIGRANJEIROS, COMÉRCIO DE LATICÍNIOS E/OU FRIOS, PADARIAS, RESTAURANTES E/OU LANCHONETES SIMILARES).**

#### **I – PRELIMINARMENTE**

Trata-se de recurso administrativo **interposto**, **INTEMPESTIVAMENTE**, pela empresa **MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 21.922.507/0001-72, com sede à Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues nº 939, 8º andar, Torre I, Ed. Jacarandá, Bairro Tamboré, no município de Barueri, Estado de São Paulo, neste ato representada por seu Sócio Administrador, o Sr. **RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA**, doravante denominada **RECORRENTE**.

#### **II – DAS FORMALIDADES LEGAIS**

Registra-se que não foram cientificados os demais licitantes da existência e trâmite



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

do recurso administrativo, tendo em vista que o mesmo não foi conhecido como recurso, em razão de sua intempestividade.

### **III – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, foi concedido prazo recursal quanto à habilitação da empresa **LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA**, qual seja a 2ª (segunda) classificada no Pregão Eletrônico nº 69/2021, tendo em vista a rescisão unilateral com a 1ª (primeira) classificada.

A intempestividade do recurso administrativo decorre do fato de ter sido apresentado em data em que se encontrava esgotado o prazo legal para sua interposição, precisamente no dia **02/10/2025, às 18h02min**, via e-mail, em prazo posterior aos 03 (três) dias úteis previstos na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Edital nº 115/2021 do Pregão Eletrônico nº 069/2021, **considerando que o aviso de abertura do prazo recursal indica que o prazo transcorreu no período de 29/09/2025 à 01/10/2025**, em razão do que determina o Art. 44, §1º do Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, o qual nos traz: “§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.”

Por sua vez, o Pregoeiro procedeu com consulta jurídica quanto ao processamento do recurso administrativo, tendo em vista sua intempestividade, sendo orientado no sentido de que o prazo recursal constitui requisito de admissibilidade e, uma vez não observado, opera-se a preclusão administrativa, o que impede a análise do mérito das alegações apresentadas, opinando pelo não conhecimento do recurso administrativo e indicando a continuidade nas fases do certame.

Salienta-se que o se edital encontra vinculado à legislação vigente à época, motivo pelo qual o presente julgamento se baseia neste.

### **IV - DA DECISÃO**

Diante os fatos apresentados, e considerando a estrita observância de orientação constante na Cota Jurídica, decide-se pelo **NÃO CONHECIMENTO** do recurso administrativo interposto pela recorrente, não sendo, portanto, analisado o seu mérito, mantendo-se o resultado do certame, de acordo com a ordem de classificação original.



## *Prefeitura Municipal de Birigui*

CNPJ 46.151.718/0001-80

---

Submete-se o presente expediente à Autoridade Superior, a Exma. Sra. Prefeita, para concordância, e após remeta-se à Divisão de Compras, Licitações e Gestão de Contratos para publicação do resultado na Imprensa Oficial, Diário Oficial do Município e Jornal Local.

Birigui, aos três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco.

**Ênio Nicolau Linares Garcia**

Pregoeiro Oficial

**RATIFICO, nos termos do Artigo 13, inciso IV do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos fundamentos apresentados neste julgamento de recurso administrativo.**

**Samanta Paula Albani Borini**

Prefeita